

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO  
PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA**

Pelo presente instrumento, Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - CONCEPA, sociedade por ações com sede social na Cidade de Santo Antonio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR-290/RS, Km 19, inscrita no C.G.C. sob nº 01.654.604/0001-14, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSIONORA"), e como Agente Fiduciário, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, Planner Corretora de Valores S.A., sociedade por ações com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.439, 11º andar, inscrita no C.G.C. sob nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante simplesmente denominada "AGENTE FIDUCIÁRIO", vêm por esta e em regular forma de direito celebrar a presente escritura de emissão de debêntures (doravante simplesmente denominada "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO**

1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSIONORA realizada em 1º de junho de 1998.

**Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS**

2. A emissão de debêntures (doravante simplesmente denominadas "Debêntures") será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A emissão das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM"), na forma das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

### 2.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

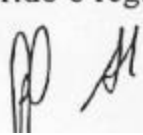
A Ata da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 1º de junho de 1998, que deliberou a emissão de Debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura, por instrumento particular, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76 será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antonio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

### 2.4. Data Base = (01/09/98)

Para efeito desta Escritura, entende-se como "Data Base" o primeiro dia do mês = 01/09/98 subsequente àquele em que vier a ser deferido o registro da distribuição desta Emissão





de Debêntures pela CVM. = 18/08/98

### **Cláusula Terceira - DA EMISSÃO**

#### **3.1. Colocação**

O lançamento das Debêntures será público, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, adotando-se o procedimento diferenciado de que trata o artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

#### **3.2. Negociação**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

### **Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **4.1. Data da Emissão e de Vencimento**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures das quais trata a presente Escritura será 1º de junho de 1998 (doravante simplesmente denominada a "Data de Emissão"). O vencimento das Debêntures se dará no 5º (quinto) dia útil do 109º mês, a contar da Data Base.

#### **4.2. Quantidade de Títulos**

  
3

Serão emitidas 78.000 (setenta e oito mil) Debêntures.

#### 4.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário na Data da Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

##### 4.3.1. Fator de Atualização

As Debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, a cada 12 (doze) meses ou na menor periodicidade permitida por lei, no primeiro dia de cada mês, a partir da Data Base, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia - PIBRE/FGV, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Na hipótese de extinção do IGP-M, ou, se pela superveniência de norma legal ou regulamentar, este não puder ser utilizado como índice de atualização monetária nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, na falta deste, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Caso, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, nenhum dos índices acima mencionados possa ser utilizado pela EMISSORA como índice de reajuste em emissões de debêntures, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, de comum acordo e por escrito, definirão qual será o novo índice aplicável à atualização monetária.

  
4

#### 4.4. Valor Total da Emissão

O valor total da emissão, na Data de Emissão, é de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais).

#### 4.5. Séries

A emissão das Debêntures será realizada em série única.

#### 4.6. Forma

As Debêntures serão nominativas e não conversíveis em ações.

#### 4.7. Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada.



#### 4.8. Forma de Pagamento

As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, por 100% do seu valor nominal, no ato da subscrição.

#### 4.9. Remuneração

A remuneração das Debêntures terá uma parcela fixa e outra variável, as quais somente serão devidas até a Data de Vencimento.

##### 4.9.1. Parcela Fixa da Remuneração





A remuneração fixa será paga mensalmente à taxa de juros equivalente à 1,098% (um inteiro e noventa e oito milésimos por cento) ao mês, sobre o valor nominal unitário das Debêntures em circulação, atualizado de acordo com o item 4.3.1 desta Escritura, sendo pago tal rendimento sempre no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de apuração.

#### 4.9.2. Parcela Variável da Remuneração

As Debêntures farão jus, ainda, a uma remuneração variável mensal ("RV") equivalente a 3% (três por cento) da Receita Operacional Mensal Bruta ("ROMB") da EMISSORA. Entende-se por Receita Operacional Mensal Bruta o valor das receitas operacionais de qualquer ordem, provenientes das atividades da EMISSORA, por ela efetivamente recebidas em caixa, sendo pago tal rendimento sempre no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de apuração.

A remuneração variável mensal de cada Debênture em circulação ("RVU") é calculada conforme a seguinte fórmula:

$$RVU = f \times ROMB,$$

onde :

RVU = valor da remuneração variável mensal de cada Debênture em circulação

$$f = 0,03 / 78.000$$

ROMB = valor da Receita Operacional Mensal Bruta do mês de apuração

#### 4.10. Amortização

A EMISSORA promoverá a amortização integral das Debêntures da presente Emissão, em 7 (sete) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira no 37º (trigésimo sétimo) mês, contado a partir da Data Base, cujos pagamentos ocorrerão nas datas abaixo,



fazendo-se coincidir as datas de liquidação das amortizações com as datas dos pagamentos dos juros fixados e da parcela de renda variável de que trata o item 4.9.1 e 4.9.2 da presente Escritura:

*Data Base = 3/10/98*

Data	Parcela	Percentual de Amortização em relação ao total da Emissão	
5º dia útil do 37º mês	1ª	14,285%	10 / 2001
5º dia útil do 49º mês	2ª	14,285%	10 / 2002
5º dia útil do 61º mês	3ª	14,285%	10 / 2003
5º dia útil do 73º mês	4ª	14,285%	10 / 2004
5º dia útil do 85º mês	5ª	14,285%	10 / 2005
5º dia útil do 97º mês	6ª	14,285%	10 / 2006
5º dia útil do 109º mês	7ª	14,290%	10 / 2007

#### 4.11. Banco Mandatário

Banco Itaú S.A.

#### 4.12. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) nos termos do regulamento do SND - Sistema Nacional de Debêntures, (ii) junto ao Banco Mandatário ou (iii) na sede social da Companhia EMISSORA.

#### 4.13. Constituição de Reserva ou Fundo Caixa

Enquanto existirem Debêntures desta emissão em circulação, a EMISSORA obriga-se a constituir reserva monetária extraída da receita diária do pedágio cobrado pela EMISSORA na exploração da Rodovia Osório - Porto Alegre ("Pedágio") para a formação de reserva, a qual será utilizada para o pagamento dos compromissos advindos da presente Emissão.



#### **4.13.1. Reserva Para o Pagamento dos Juros e Rendimento Variável**

A partir do segundo mês contado da Data Base, mensalmente, a EMISSORA constituirá reserva monetária equivalente a 40% (quarenta por cento) da receita diária do Pedágio, iniciando tal procedimento no sexto dia de cada mês até atingir tal reserva o valor equivalente à totalidade dos juros e rendimento variável a serem pagos no respectivo mês, observando-se que:

- a) a provisão será limitada ao juros devidos ao total das Debêntures em circulação no último dia do mês imediatamente anterior à formação desta reserva; e,
- b) o rendimento variável será avaliado por estimativa, tendo como base de cálculo o valor da última ROMB.

#### **4.13.2. Reserva para o Pagamento das Parcelas da Amortização**

A partir do vigésimo quinto mês contado da Data Base, mensalmente, a EMISSORA constituirá reserva monetária, equivalente a 30% (trinta por cento) da receita diária do Pedágio, iniciando tal procedimento no sexto dia de cada mês até atingir tal reserva o valor equivalente a  $1/12$  (um doze avos) do valor correspondente à próxima parcela da amortização. A provisão será limitada ao valor da parcela da amortização devida pelas Debêntures em circulação no último dia do mês imediatamente anterior à formação desta reserva, observado mensalmente, para os efeitos de formação desta reserva, o fator de atualização de que trata o item 4.3.1 desta Escritura.

#### **4.13.3. Supervisão do Agente Fiduciário**

A formação da Reserva de que trata o presente item, será supervisionada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual será depositada como aplicação financeira em



qualquer das seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco HSBC Bamerindus S.A., Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco do Brasil S.A., Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., BankBoston Banco Múltiplo S.A., Citibank S.A., Banco Santander de Negócios S.A., ou ainda, em qualquer outra instituição escolhida pela EMISSORA, desde que, previamente aprovada por Assembléia de Debenturistas.

#### **4.13.4. Prioridade nos pagamentos de juros e na amortização da presente Emissão**

Enquanto não forem constituídas, mensalmente, as reservas especificadas nos itens 4.12.1 e 4.12.2 acima, não serão efetuados quaisquer pagamentos de remuneração e/ou de amortização ou resgate relacionados com as Debêntures da Primeira Emissão.

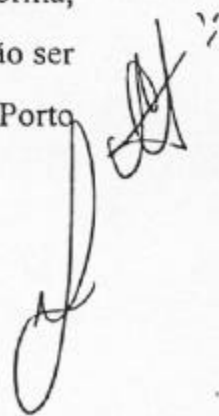
#### **4.14. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

#### **4.15. Publicidade**

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Jornal do Comércio de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

#### **4.16. Vencimento Antecipado**



O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor total das Debêntures em circulação, acrescido dos rendimentos apurados até o término do último mês do calendário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) inadimplência da EMISSORA, com referência às obrigações assumidas nesta Escritura, bem como as do parágrafo terceiro do artigo 55 da Lei nº 6.404/76; e
- b) interrupção definitiva da concessão por ação do Poder Concedente ou da própria EMISSORA pela rescisão do Contrato de Concessão PG-016/97-00 firmado entre a EMISSORA e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER em 04 de março de 1.997, cessando o direito da EMISSORA à exploração da Rodovia Osório-Porto Alegre.

#### 4.17. Preferência

Fica estabelecido que todos os direitos, pecuniários ou não, das Debêntures terão preferência a quaisquer direitos referentes às debêntures de outras emissões de qualquer espécie, que foram ou vierem a ser realizadas pela EMISSORA.

### Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

#### 5.1. A EMISSORA obriga-se a:

- a) não realizar operações fora de seu objeto social;
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;



c) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis; e

d) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

#### Cláusula Sexta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

6.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

b) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada; e

c) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM.

6.2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, nem quaisquer outras participações nos lucros da EMISSORA, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de rendimentos das debêntures objeto desta Escritura;





6.3. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

6.4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado; e

6.5. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.6. A EMISSORA não tem qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer plenamente suas funções.

6.7. Firmar, com uma instituição financeira, aprovada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO entre qualquer uma das instituições financeiras citadas no item 4.13.3, um contrato de depósito atribuindo à referida instituição, no mínimo, as seguintes obrigações:

6.7.1. Receber todos os depósitos da arrecadação do Pedágio efetuadas em todas as praças de Pedágio da rodovia;

6.7.2. Manter duas contas correntes separadas para a EMISSORA, retendo, em primeiro lugar, na primeira conta corrente, os valores das Reservas de que trata os itens 4.13.1 e 4.12.2 desta Escritura;

6.7.3. Aceitar movimentação da primeira conta corrente somente para o cumprimento de compromissos de pagamento de juros e rendimentos e/ou amortização desta Emissão ou para aplicações financeiras relacionadas com os compromissos citados;



6.7.4. Liberar, para livre movimentação da EMISSORA, através da segunda conta corrente, os recursos arrecadados no Pedágio, que excederem as retenções e/ou pagamentos aqui estipulados,

6.7.5. A substituição do banco depositário deverá ter aprovação prévia do AGENTE FIDUCIÁRIO ou da Assembléia de Debenturistas.

### Cláusula Sétima - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão da presente Escritura, Planner Corretora de Valores S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual neste ato aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

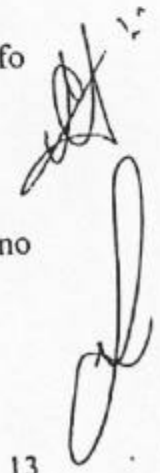
7.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;

b) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;

c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; e

d) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.



7.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

7.4. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura, uma remuneração de R\$ 30.000 (Trinta mil reais) por ano a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas mensais de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), sendo a primeira 30 (trinta) dias após a data da obtenção do registro junto a CVM.
- b) Os honorários acima serão corrigidos a cada 12 (doze) meses a partir da data de emissão das debêntures com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE da Fundação Getúlio Vargas.
- c) A remuneração não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas, acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídos igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.
- d) Os serviços do AGENTE FIDUCIÁRIO são restritos aos previstos na legislação pertinente e nesta Escritura.





e) Todas as despesas com procedimentos legais, e também as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custos e taxas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora estabelecida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 1,00%(um por cento) ao mês e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão.

g) A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento.

7.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;


f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) examinar as alterações do Estatuto Social da EMISSORA que objetive mudar o seu objeto social, ou que, de qualquer forma, possa vir a ter algum reflexo na presente Emissão, cumprindo-lhe, se for o caso, convocar Assembléia Especial dos

DD. 

Debenturistas para deliberar sobre a matéria;

k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.15 da cláusula quarta;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

m. 1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

m.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

m.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento da remuneração e juros das debêntures;

m.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento; e





m.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

n. 1) na sede da EMISSORA;

n.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM; e,

n.4) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.15 da cláusula quarta, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de debêntures;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nessa Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados



maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM.

7.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto no item 10.5 desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, conforme o previsto no item 4.16 retro, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;
- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA; e
- d) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA.

7.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" do presente item na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, especialmente no que se refere à ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no item 4.16 da cláusula quarta, retro.

7.6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 7.6. desta cláusula, se a Assembléia Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do referido item.

7.6.3. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

7.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior a ora avençada.

7.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

7.7.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para este fim.

7.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos



previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

7.7.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual a mesma foi registrada.

7.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **Cláusula Oitava - DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

8.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas nas quais o mesmo tiver incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que documentalmente comprovadas.

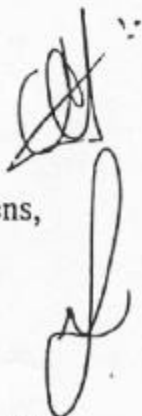
8.1.1. O ressarcimento do qual a presente cláusula trata será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

8.1.2. As despesas às quais se refere esta cláusula compreendem:

a) despesas com publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta escritura ou que vierem a ser exigidas pela legislação/regulamentação;

b) despesas com extração de certidões;

c) despesas com locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e,



d) despesas com eventuais levantamentos adicionais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes ao estrito interesses dos debenturistas.

8.1.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas nas quais tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

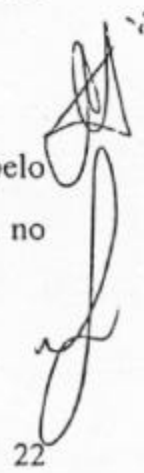
#### Cláusula Nona - DA RENÚNCIA

9. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### Cláusula Dez - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

10.1. Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

10.2. A Assembléia dos Debenturistas desta emissão poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

  
22

10.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

10.4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares da metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das Debêntures.

10.6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

10.7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### **Cláusula Onze - DA DIVISÃO**

11. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.


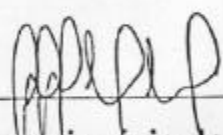
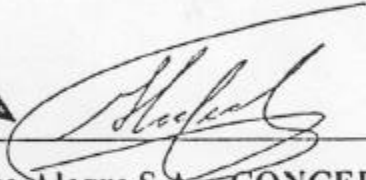
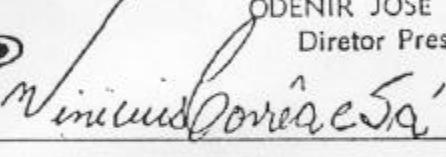



#### **Cláusula Doze - DO FORO**



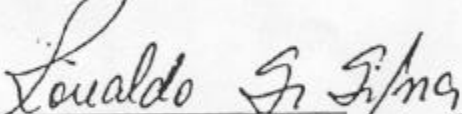
12. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antonio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias porventura oriundas desta Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

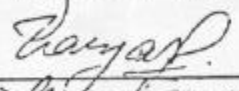
E por estar assim justas e contratadas, firmam esta Escritura de Emissão a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas que assinam abaixo.

Santo Antonio da Patrulha, 01 de junho de 1.998

   
  
Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - CONCEPA  
Ney Marcelo Urbano  
Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - Concepa  
  
Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - CONCEPA  
ODENIR JOSÉ SANCHES  
Diretor Presidente  
  
Planner Corretora de Valores S.A.  
Vinícius Correa e Sá  
AGENTE FIDUCIÁRIO  
  
Arnaldo Borges de Souza  
AGENTE FIDUCIÁRIO  
  


Testemunhas:

1.-   
Nome: RONALDO SOUZA DA SILVA  
R.G.: 9018871997

2.-   
Nome: PAULO FERNANDO V. DA SILVA  
R.G.: 4041459407

309/arquivos/concepa/emissoes/escpub5.doc

  
Sergio A. Raupp  
Escritório Autorizado

SERVIÇO NOTARIAL RAUPP - GRAVATAÍ / RS  
RUA DR. LUIZ BASTOS DO PRADO, 1867 - FONE: (051) 488-1098  
TABELIÃO: SÉRGIO ARIEL DE FARIAS RAUPP  
Reconheço por ~~canceladas~~ as firmas indicadas pela seta >RAUPP< de:  
Odenir José Sanches e Ney Marcelo Urbano. Dou fé. ....  
EM TESTEMUNHO  DA VERDADE  
Gravataí, 01 de junho de 1998  
soluções: 2,40 08:57:18 - 40848-035445

